

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 635.454 - RS (2020/0343819-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : LIDERBERGUE INACIO DA NOBREGA (PRESO)
ADVOGADOS : SAMIR HOFMEISTER NASSIF - RS075194
ARAMIS NASSIF - RS006332
HENRIQUE BISCHOFF HARTMANN - RS090026
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por LIDERBERGUE INACIO DA NOBREGA à decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, nos termos do art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante, em suma que:

Digno de registro que dada a urgência do pedido face ao estado de saúde do paciente, impetrou-se a presente ordem perante esta Superior corte, no dia 17.12.20, um dia após proferida a decisão que negou o WRIT perante o TRF4.

PELO EXPOSTO, há clara contradição na decisão proferida razão pela qual a defesa, respeitosamente, requer o recebimento dos presentes embargos de declaração e sua atribuição de efeitos infringente, para que sanado o ponto impugnado, haja o deferimento da ordem liminar pretendida, colocando de imediato o paciente em liberdade, face o constrangimento da segregação (fl. 387).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a retirar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Não há qualquer vício na decisão ora embargada passível de modificação via embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente